Incertezas cercam repactuação do acordo de Mariana



Se nem os principais atores diretamente envolvidos na negociação para **repactuação da reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana** (Região Central do Estado), sabem quando e em que termos ela será efetuada, a conclusão é de que os diretamente atingidos e que mais precisam de assistência estão mesmo entregues à própria sorte.

Essa foi a conclusão do segundo painel do debate público realizado pela Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), nesta segunda-feira (22/8/22), justamente para **debater o novo acordo que está sendo mediado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** entre os responsáveis pela tragédia, a mineradora Samarco e suas controladoras (Vale e BHP Billiton), e todas as partes afetadas.

Neste painel foram abordados os desafios institucionais, a participação social e o direito à informação no contexto da repactuação da reparação de danos. O debate público, que começou ainda pela manhã, foi solicitado pela deputada Beatriz Cerqueira (PT) com o intuito de tentar **impedir que novos termos sejam discutidos novamente sem participação popular.**

SOBRAM INCERTEZAS

As críticas a todas as incertezas que cercam o processo deram o tom das declarações tanto dos deputados quanto dos representantes do Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE), da Defensoria Pública Federal e, ainda, do Governo do Estado.

“Ainda não sabemos se a repactuação, que começou formalmente, mas atrasada, em junho de 2021, será bem ou malsucedida”, admitiu o procurador da República e coordenador da Força Tarefa Rio Doce/Brumadinho pelo MPF, Carlos Bruno Ferreira da Silva.

Segundo o procurador, a chamada repactuação (TAC Governança) já era prevista no acordo firmado originalmente, ainda em março de 2016, quase quatro meses após a tragédia, ocorrida em 5 de novembro de 2015.

Uma **avalanche de lama de rejeitos de minério matou 19 pessoas e comprometeu toda a Bacia do Rio Doce** entre Minas Gerais e o Espírito Santo, chegando ao Oceano Atlântico.

AÇÃO DO MPF COBRA REPARAÇÃO DE R$155 BILHÕES

Ainda de acordo com Carlos Silva, a repactuação **não envolve a rediscussão de valores, mas uma melhor governança das ações** para tentar contemplar mais rapidamente o que, até agora, vem sendo reivindicado em milhares de ações que se arrastam na Justiça.

Embora atualmente esteja paralisada, uma ação civil pública ajuizada pelo **MPF cobra reparações em torno de R$ 155 bilhões,** enquanto a reparação prevista no acordo celebrado pela Fundação

Renova (instituída pelas mineradoras para implementar as ações de reparação) pode alcançar o máximo de R$ 30 bilhões, conforme estimou o procurador.

Outra crítica ao processo de repactuação foi quanto ao **descumprimento tanto do direito de participação social quanto o ainda mais básico direito à informação.** Na visão da defensora pública federal Lígia Rocha, a participação da Defensoria Pública, tanto estaduais (de Minas e do Espírito Santo) quanto da União, não substitui a participação das pessoas em decisões que afetam diretamente suas vidas.

“A repactuação busca frear mais violações de direitos humanos, mas para nós é duro dizer que não está havendo participação social. Ouvir as pessoas é importante, mas ouvir nem sempre é participar. Não apoiamos tal postura”, criticou.

A defensora também reconheceu que a divulgação de informações não é tão linear quanto poderia, mas há o problema de se criar falsas expectativas. Nesse quesito, a presença de assessoria técnica independente nos próprios territórios envolvidos, o que ainda não está acontecendo a contento, poderia amenizar o problema, traduzindo as informações para a população.

Na mesma linha, a coordenadora regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, promotora Hosana Regina Freitas, lembrou que a própria **repactuação tem cláusulas de sigilo** que dificultam uma maior transparência.

O secretário-adjunto de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Luis Otávio de Assis, também foi taxativo ao reconhecer que tanto o Executivo estadual quanto as demais instituições participantes estão “**absolutamente insatisfeitos** com a velocidade e o rumo da reparação no Rio Doce”.

“Nosso dever é escutar a preocupação de todos e prestar contas. Mas é inaceitável a morosidade na implementação das ações”, afirmou.

Segundo ele, **dados da Renova questionados pelo Executivo apontam 46% de execução das ações**, índice que na sua opinião, mesmo que seja real, não é razoável.

“Não podemos precisar quando ela será concluída, mas **só assinaremos se tivermos a garantia de que métodos protelatórios não poderão mais ser implementados,** como está acontecendo hoje”, concluiu.

A REPARAÇÃO QUE QUEREMOS

O último painel do debate público foi destinado à **apresentação de propostas dos atingidos** pelo rompimento da barragem em Mariana, com base na reparação que querem. Seis representantes fizeram seus depoimentos e mostraram que os danos pela tragédia continuam ocorrendo e que as famílias prejudicadas ainda se sentem abandonadas.

“A reparação que queremos é uma que dê conta de tudo isso que falamos aqui. É retomar o modo de vida que a gente tinha”, sintetizou Rodrigo Vieira, assessor técnico da regional Minas Gerais da Caritas, assessoria que representa os atingidos de Mariana.